

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES (PREFEITURAS) – AGOSTO/2026

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 31	As prefeituras municipais devem disponibilizar, em seção específica de acesso � informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem. OBS.: O agente poderá ser responsabilizado pelos órgãos de controle em casos de inobservância dessa ordem.	� 3� c/c � 2� do artigo 141, da Lei n.� 14.133/2021.
Até dia 31	Os �rg�os e entidades responsáveis pela gestão e acompanhamento de convênios devem disponibilizar na internet os dados e informações acerca de recursos repassados no mês de junho de 2026.	Inciso II, do artigo 2�, da Instrução Normativa n.� 28/1999 do TCU.
Até dia 31	As prefeituras municipais devem disponibilizar na Internet, os dados relativos aos montantes de cada um dos tributos e contribuições arrecadados e recursos recebidos, incluídos os destinados à seguridade social, se houver, referente o mês de junho de 2026.	Inciso I, do artigo 2�, da Instrução Normativa n.� 28/1999 do T.C.U., e � 1� c/c inciso I, do artigo 1�, da Lei Federal n.� 9.755/1998.
Até dia 31	As prefeituras municipais deverão realizar o envio da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, referente ao mês anterior. OBS.: O envio deverá ser realizado via SICONFI.	� 2�, do artigo 8, da Portaria STN n.� 642/2019.
Até dia 31	As prefeituras municipais devem disponibilizar na Internet, os dados e informações contendo a relação de todas as compras realizadas no mês de junho de 2026.	Inciso XXIV, do artigo 2�, da Instrução Normativa n.� 28/1999 do T.C.U., e � 6� c/c inciso VI, do artigo 1�, da Lei Federal n.� 9.755/1998.
Até dia 31	As prefeituras municipais devem entregar a DCTFWeb referente aos fatos geradores ocorridos em julho de 2026. OBS.: Estão dispensados de apresentar a DCTFWeb os órgãos públicos em relação aos servidores públicos estatutários, filiados a regimes previdenciários próprios.	�caput� do artigo 6� c/c artigos 3�, 5�, da Instrução Normativa RFB n.� 2.237/2024. Instrução Normativa RFB n.é 2.248/2025. Manual de Orientação da DCTFWeb – Versão 1.5 - Outubro de 2022.
Até dia 31	As Prefeituras deverão exigir dos Cartórios de Notas e dos Cartórios de Registro de Imóveis a comunicação de todas as alterações de titularidade de imóveis realizadas no mês anterior. OBS.: A comunicação deverá ser realizada eletronicamente, por meio das plataformas estabelecidas: CNB/CF, para os Cartórios de Notas, e ONR, para os Cartórios de Registro de Imóveis.	Artigo 4�, da Resolução CNJ n.� 547/2024; artigo 184-A, do Provimento CNJ n.� 149/2023 e L.O.M..
Até dia 31	As prefeituras municipais devem divulgar por meio de publicação, o demonstrativo mensal do montante de cada um dos tributos arrecadados, e os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar relativos ao mês de julho de 2026.	Artigo 162, da Constituição Federal.
Até dia 31	As Prefeituras devem verificar se no 2� quadrimestre de 2026, o Município está atendendo o limite do montante da d�vida consolidada. OBS.: Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e para aqueles que não optaram pela apuração semestral.	� 4�, do artigo 30, da Lei Complementar n.� 101/2000.
Até dia 31	Os municípios devem verificar se no 2� quadrimestre de 2026, a despesa com pessoal não excedeu em relação à receita corrente líquida, os percentuais estabelecidos nos incisos III, dos arts. 19 e 20, da Lei Complementar n.� 101/2000. OBS.: Somente para os municípios com menos de 50 mil habitantes.	�caput�, do artigo 22 c/c inciso I, do artigo 63, ambos da Lei Complementar n.� 101/2000.
Até dia 31	Os municípios deverão emitir o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 2� quadrimestre de 2026. OBS.: Todos os municípios.	Artigo 54 c/c 55, ambos da Lei Complementar n.� 101/2000.
Até dia 31	Data final para comprovação, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), do cumprimento dos requisitos necessários para habilitação ao recebimento da complementação do Valor Anual por Aluno Regular (VAAR) da União ao Fundo de Manutenção	Resolução CIF n.� 24/2026.



	e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente ao exercício de 2027.	
Até dia 31	As Prefeituras deverão encaminhar a conciliação bancária relativa ao mês de julho de 2026 (balancetes isolados e conjuntos).	Comunicado SDG n.º 67/2025 – TCESP.
Até dia 31	Prazo final para as Prefeituras Municipais aderirem ao parcelamento excepcional de débitos de contribuições previdenciárias, nos termos dos arts. 116 e 116-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. OBS.: A adesão poderá ser requerida: I – pelo Portal de Serviços da Receita Federal do Brasil, menu “Minhas Negociações de Dívidas”, disponível em Portal de Serviços da Receita Federal do Brasil; ou II – mediante abertura de processo digital no Centro Virtual de Atendimento – e-CAC, menu “Legislação e Processo”, submenu “Requerimentos Web”, disponível em Centro Virtual de Atendimento – e-CAC.	Artigos 116 e 116-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Artigo 18, da Instrução Normativa RFB n.º 2.283/2025.

GEPAM, 28 de agosto de 2026.

